



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 4/2021/CTAL-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.011509/2021-63

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Assunto: **Proposta de Resolução do CNRH referente a aprovação da atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce**

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de resolução a ser submetida ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que aprova os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para os exercícios 2022 e 2023.
2. A proposta de resolução foi encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTOC, nos termos aprovados na 11ª Reunião da CTOC, ocorrida em 14 de setembro de 2021.

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E APRECIÇÃO LEGAL

3. Considerando as competências dadas pelo [Decreto 10.000, de 13 de setembro de 2019](#), para “*analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas*”, a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL na sua 11ª Reunião, realizada por meio virtual em 27 de setembro de 2021, avaliou a proposta de resolução encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTOC. Nesta ocasião, o coordenador da CTOC, Anderson Medeiros, relatou aos membros da CTAL sobre as discussões que se desenrolaram no decorrer da 10ª e 11ª Reunião da CTOC.
4. Conforme o Parecer nº 2/2021/CTOC-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH (SEI 3368286), a solicitação se fez necessária para atender a Resolução [CNRH nº 212/2020](#), que delegou competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - Agevap para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. A resolução em questão dispõe em seu art. 3º que “*Até 30 de junho de 2021, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce deverá apresentar proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de sua área de atuação ao CNRH.*”

5. Atendendo ao que foi pedido na Resolução, foi encaminhada pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), através do Ofício n. 049/2021/CBH-DOCE (SEI 3206623), a Deliberação Normativa CBH Doce nº 93, de 13 de maio de 2021 (SEI 3206651), que dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce.

6. O assunto foi objeto de discussão da 10ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTOC), ocorrida em 19 de agosto de 2021, quando representantes da Indústria trouxeram para a deliberação um questionamento quanto a forma que foi relatada a discussão tida no âmbito do CBH Doce, que resultou na proposta enviada ao CNRH. Por conta deste novo fato o assunto foi retomado na reunião seguinte, 11ª Reunião da CTOC, ocorrida em 14 de setembro de 2021, neste encontro os representantes da Indústria, os representantes do CBH-DOCE e os representantes da ANA apresentaram seus argumentos e responderam aos questionamentos dos membros da Câmara Técnica. Após extensas discussões os membros da CTOC aprovaram os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia do rio Doce conforme disposto na Deliberação Normativa CBH-DOCE nº 93/2021.

7. Durante a deliberação na CTAL os membros Maria do Socorro e Leonardo Estrela, ambos representantes da Indústria, manifestaram descontentamento com o aumento proposto e questionaram o mérito da questão com o argumento de que o aumento viola os princípios legais da proporcionalidade e razoabilidade, e que *“carece de legítimo/devido Motivo ou Causa de direito e de fato que dê lastro e (ou) autorize esta majoração do valor do PPU”*, conforme consta na Memória da 11ª Reunião da CTAL.

8. Após extensas discussões e posicionamento das partes interessadas foi levado à votação o texto da proposta de resolução, com emenda sugerida pela CNI, em que foi acrescentado ao art. 3º o texto sublinhado:

“A Agência de Água ou entidade delegatária deverá se estruturar considerando o limite de custeio administrativo, de forma a possibilitar a implantação dos estudos, programas, projetos e obras incluídos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.”

9. Passando ao aspecto legal. A matéria se insere na competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, disposta na [Lei nº 9.433/97](#) e no [Decreto 10.000/2019](#), de definir os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, sugeridos pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, nos termos do disposto no inciso [VI do caput do art. 4º da Lei nº 9.984, de 2000](#).

10. A forma jurídica adotada é válida. É regimental o uso da Resolução “quando se tratar de deliberação vinculada às suas competências legais”.

11. Diante da avaliação, a CTAL aprovou a proposta de resolução que aprova os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para os exercícios 2022 e 2023. Cabe ressaltar que votaram contra a aprovação da proposta de resolução: O representante da Indústria, o representante das Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica e o representante das Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário.

CONCLUSÃO

12. Realizada a análise legal, com fundamento no Decreto 10.000/2019, a CTAL recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária do CNRH para deliberação, conforme MINUTA apresentada na sequência deste

parecer.

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2021

Aprova os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH), no uso das competências que lhe são conferidas pela [Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), pela [Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000](#), pelo [Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), observada a [Resolução CNRH n. 203, de 16 de outubro de 2018](#), a [Resolução CNRH n. 212, de 28 de agosto de 2020](#), e a [Deliberação Normativa CBH-Doce n. 93, de 13 de maio de 2021](#), e considerando os elementos do Processo n. 59000.011509/2021-63, resolve:

Art. 1º Aprovar os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, previstos para os exercícios 2022 e 2023, nos termos da [Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93, de 13 de maio de 2021](#), conforme proposto pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH-Doce.

Parágrafo único. Caso o CBH Doce não apresente a revisão prevista no art. 2º da Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93, de 13 de maio de 2021, será aplicado o reajuste previsto para 2024.

Art. 2º Até 30 de junho de 2023, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce deverá apresentar proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de sua área de atuação ao CNRH.

Parágrafo único. O CBH-Doce deverá apresentar a avaliação da viabilidade financeira da Agência de Água ou entidade delegatária de suas funções.

Art. 3º A Agência de Água ou entidade delegatária deverá se estruturar considerando o limite de custeio administrativo, de forma a possibilitar a implantação dos estudos, programas, projetos e obras incluídos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Em 06 de outubro de 2021.

WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR

Coordenador da Câmara Técnica de Assuntos Legais



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior**,



Coordenador(a) da Câmara Técnica, em 15/10/2021, às 18:55, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3395166** e o código CRC **F242C678**.
